

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL****Nº 04/2017**

**Objeto: Contratação de empresa para desenvolvimento de curso de capacitação, na modalidade “*in company*”, com fornecimento de material didático, com a temática “Contabilidade Aplicada ao regime Próprio de Previdência Social” conforme especificações constantes do anexo I.**

O Edital na íntegra e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site [www.guarujaprevidencia.com.br](http://www.guarujaprevidencia.com.br), link “Licitações” a partir do dia 30 de maio de 2017. Os demais atos que necessitarem de publicidade serão publicados oficialmente apenas no Diário Oficial do Município, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, artigo 6º, inciso XIII; Lei Orgânica Municipal, artigo 132, § 3º, inciso II e Lei Municipal nº 2.812/2001, e disponibilizados, em caráter informativo, no site da Guarujá Previdência.

**Os Envelopes nº 1 e 2 , a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e os documentos de credenciamento serão recebidos no Setor de Compras e Licitações no dia 12 de junho de 2017 até às 14h00, iniciando sua abertura às 14h30.**

Guarujá, 29 de maio de 2017.

**Célia Rodrigues Ribeiro**

**Diretora Presidente**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017**

**Objeto: Contratação de empresa para desenvolvimento de curso de capacitação, na modalidade “*in company*”, com fornecimento de material didático, com a temática “Contabilidade Aplicada ao regime Próprio de Previdência Social” conforme especificações constantes do anexo I.**

**Processo Administrativo nº: 614/2016.**

**Tipo: Menor preço total.**

**Encerramento da entrega dos envelopes e declaração: 12 de junho de 2017 às 14h00**

**Abertura dos envelopes: 12 de junho de 2017 às 14h30.**

**Local: Avenida Adhemar de Barros, 230, Cj. 03 - Santo Antonio - Guarujá - São Paulo.**

**Telefone / e-mail: (13) 3387-3940 [licitacoes@guarujaprevidencia.com.br](mailto:licitacoes@guarujaprevidencia.com.br)**

A Guarujá Previdência **TORNA PÚBLICO** para conhecimento de quantos possam se interessar que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL**, objetivando a contratação de empresa para desenvolvimento de curso de capacitação, na modalidade “*in company*”, com fornecimento de material didático, com a temática “Contabilidade Aplicada ao regime Próprio de Previdência Social” conforme especificações contidas no ANEXO I. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com a Lei Federal n.º 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como o Decreto Municipal n.º 7.731/2006, e demais normas legais em vigor.

Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte os seguintes documentos:

**ANEXO I Termo de Referência;**

**ANEXO II Modelo de Proposta Comercial;**

**ANEXO III Modelo de Documento de Credenciamento;**

**ANEXO IV Modelo de Declaração de Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;**

**ANEXO V Modelo de Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da C.F.**

**ANEXO VI Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimentos para Contratar com a Administração Pública;**

**ANEXO VII Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação.**

**ANEXO VIII Minuta de contrato**

## **1- DO OBJETO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

1.1 - Objeto: Contratação de empresa para desenvolvimento de curso de capacitação, na modalidade “*in company*”, com fornecimento de material didático, com a temática “Contabilidade Aplicada ao regime Próprio de Previdência Social” conforme especificações constantes do anexo I.

1.2 – As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão a conta dos recursos consignados no orçamento vigente conforme segue:

**29.01.09.122.4006.2200.3.3.90.39.05 (08) e 29.01.09.122.4006.2200.3.3.90.39.05 (34)**

## **2- DA PARTICIPAÇÃO:**

2.1 - Poderão participar da presente licitação todos os interessados do ramo pertinente ao objeto licitado que atenderem às exigências deste edital e seus anexos.

2.2 - Será vedada a participação de empresas na licitação quando:

2.2.1 - declaradas inidôneas por ato do Poder Público.

2.2.2 - sob decretação de falência.

2.2.3 - impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal de Guarujá.

2.2.4 - reunidas em forma de consórcio.

2.2.5 - empresas que não se enquadrem como MEI's, ME's ou EPP's.

2.3 - O Microempreendedor Individual, as Microempresas ou as Empresas de Pequeno Porte deverá apresentar, em separado (**FORA DOS ENVELOPES**), no ato da entrega dos envelopes exigidos na licitação, declaração que comprove a referida condição (**ANEXO IV**).

2.3.1 - A proponente deverá declarar que se enquadra na situação de microempreendedor individual (MEI) microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte(EPP), nos termos da Lei Complementar 123/06 com as alterações trazidas pela Lei Complementar Federal nº. 147/2014, bem assim, que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

2.3.1.1 - A declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da licitante ou por seu contador, regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade.

2.3.2 - A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº. 123/2006 com as alterações trazidas pela Lei Complementar Federal nº. 147/2014, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

2.3.3 - A falta da declaração de enquadramento da empresa proponente como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, conduzirá a licitante à **INABILITAÇÃO**

### **3- DA DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES E DECLARAÇÃO:**

3.1 - Dos envelopes:

3.1.1 - Os Envelopes n.º 01 – Proposta Comercial e n.º 02 – Documentos de Habilitação, bem como a **DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO e DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** (fora do envelope), deverão ser entregues no local, data e horário indicados no preâmbulo do presente edital.

3.1.2 - As declarações requeridas no parágrafo anterior (elaboradas de acordo com os modelos estabelecidos nos **ANEXOS IV e VII** do presente Edital) deverão ser apresentada **FORA** dos envelopes 01 e 02.

3.1.2.1 - A não apresentação da **DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** importará na **INABILITAÇÃO** da licitante.

3.1.3 - A licitante que apresentar a **DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** e após abertura de seu envelope de documentação não atender aos requisitos será declarada inidônea e sofrerá a mesma penalidade prevista no item 13 do presente Edital.

#### **4 - DO CREDENCIAMENTO PARA MANIFESTAÇÃO NAS SESSÕES:**

4.1 - Para manifestação nas reuniões e para prática de atos relativos ao presente pregão, especialmente para formulação de lances verbais, manifestação da intenção de recorrer, de desistir e renunciar ao direito de interpor recursos, a empresa deverá indicar um representante devidamente credenciado.

4.2 - O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

4.2.1 - Instrumento público de procuração com poderes específicos para a prática de todos os atos pertinentes ao certame em nome da empresa, com prazo de validade em vigor.

4.2.2 - Instrumento particular de procuração com poderes específicos para a prática de todos os atos pertinentes ao certame em nome da empresa, com prazo de validade em vigor, reconhecimento de firma do subscritor e cópia do contrato social ou, no caso de sociedade anônima, estatuto acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.2.3 - Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, o credenciamento far-se-á por cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direito e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. O estatuto, no caso de sociedade anônima, deverá estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.2.4 - O credenciamento poderá ser conferido por representante legal, ou procurador da empresa licitante, quando poderá ser utilizado o modelo constante no **Anexo III**, deste Edital, a ser apresentado **fora do envelope**. No primeiro caso, devidamente acompanhado de cópia do contrato social da empresa ou, no caso de sociedade anônima, estatuto acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Já no segundo caso, devidamente acompanhado de cópia autenticada do documento original de procuração do qual deverá

constar expressamente a possibilidade de substabelecimento, bem como cópia do contrato social da empresa ou, no caso de sociedade anônima, estatuto acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.3 - Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou que não demonstrarem sua condição de representante legal, ou, ainda, que não lhe outorgar poderes específicos para prática dos atos do pregão, como dar lances, manifestar a intenção de recorrer, desistir ou renunciar a esse direito.

4.4 - Os documentos suprarreferidos deverão ser apresentados no horário indicado no preâmbulo, em via original ou por processo de autenticidade e serão vistados pelos presentes, retidos pelo Pregoeiro e juntados ao processo licitatório.

4.5 - O representante deverá apresentar ao Pregoeiro, no ato do credenciamento, documento de identificação com foto (carteira de identidade ou outro documento equivalente).

4.6 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procurações, poderá representar mais de uma empresa, devendo o representante optar por representar apenas uma delas, ficando as demais impedidas de praticar os demais atos no decorrer da sessão.

4.7 - A inobservância dos termos deste item impedirá a empresa de formular lances verbais, manifestar a intenção de recorrer, de desistir ou de renunciar ao direito de interpor recursos e de praticar demais atos no decorrer da sessão.

4.8 - Os interessados em acompanhar as sessões de abertura dos envelopes que não tenham sido credenciados, poderão fazê-lo desde que não interfiram, de modo algum, no bom andamento dos trabalhos.

## **5- DA IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES:**

5.1 – Do envelope n.º 01 – Proposta Comercial:

5.1.1 - O envelope n.º 01 deverá conter a Proposta Comercial de acordo com as exigências estipuladas no presente Edital (Anexo II), em envelope hermeticamente fechado, não transparente, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

**Guarujá Previdência**

**Pregão Presencial nº 04/2017**

**Processo Administrativo nº: 614/2016**

**Razão Social**

## **ENVELOPE 01 – PROPOSTA COMERCIAL**

5.2 – Do envelope n.º 02 – Documentos de Habilitação:

5.2.1 - O envelope n.º 02 deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, em envelope hermeticamente fechado, não transparente, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

**Guarujá Previdência**

**Pregão Presencial nº 04/2017**

**Processo Administrativo nº: 614/2016**

**Razão Social**

## **ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **6 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:**

6.1 - Cada empresa deverá apresentar, simultaneamente, 02 (dois) envelopes, devidamente fechados e indevassáveis e ainda a DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO e DECLARAÇÃO DE MEI, ME OU EPP, no endereço, data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, com as respectivas identificações (conforme item 5), contendo:

6.2 - Do envelope n.º 01 – Proposta Comercial:

**6.2.1 - O envelope nº 01 deverá conter:**

6.2.1.1 - A proposta comercial, nos termos do modelo constante no **ANEXO II**.

6.2.1.2- Nome ou razão social da empresa, inscrição no CNPJ, endereço completo, telefones, endereço eletrônico e identificação do representante (nome / RG / cargo).

6.2.1.3 - Nome e número do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente da proponente.

6.2.2 - A proposta comercial deverá observar as exigências estabelecidas neste instrumento, mencionar as especificações técnicas, de acordo com o modelo oferecido no ANEXO II.

6.2.2.1 - Os preços devem ser cotados em moeda nacional, com centavos de no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula e devem ser obrigatoriamente expressos em reais, em algarismo e por extenso. Em caso de divergência entre o valor expresso em algarismos e o valor escrito por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso.

6.2.2.2 - Os preços devem ser ofertados já computados todos os custos básicos, diretos e indiretos, bem como encargos sociais, trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto ofertado, tais como frete, combustível, embalagens e demais despesas concernentes à plena e satisfatória entrega do objeto no prazo estipulado.

6.2.3 - A proposta comercial deverá ser apresentada em única via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, preferencialmente em papel timbrado da empresa, redigida em apenas uma face da folha, em linguagem clara e que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado.

6.2.3.1 - A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado. Não serão aceitos pleitos de acréscimos no preço ofertado, a qualquer título.

6.2.4 - O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados de sua apresentação.

6.2.5 - A apresentação de proposta implica a total aceitação de todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e de seus anexos.

### **6.3 - Do envelope nº 02 – Documentos de Habilitação:**

6.3.1 - O envelope nº 02 deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica, em conformidade com o previsto nos itens que seguem:



**6.3.2 – A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:**

6.3.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

6.3.2.2 - Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado onde se situa a sede da licitante (com prazo de validade em vigor, nos termos do item 6.3.7.3 deste Edital) ou ato constitutivo e alterações subsequentes ou contrato social consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

6.3.2.3 - Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo acompanhada dos nomes e endereço dos diretores em exercício, no caso de sociedades simples.

6.3.2.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**6.3.3 – A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL consistirá em:**

6.3.3.1- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

6.3.3.2- Certidão conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria MF nº. 358/14, de 05 de setembro de 2014.

6.3.3.3- Prova de regularidade perante a **Fazenda Estadual**, relativa ao objeto da prestação licitada, do local do domicílio ou da sede do interessado, através da apresentação da Certidão competente, cujo prazo da expedição, para efeito de validade, deverá ser de até 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data designada para a entrega dos envelopes, se outro prazo de validade não lhe constar expressamente.

6.3.3.4- Prova de regularidade perante a **Fazenda Municipal**, através de certidão negativa de débitos referentes a tributos mobiliários municipais, expedida pela Secretaria competente da sede da empresa, relativa aos tributos relacionados com as atividades objeto da licitação.

6.3.3.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação em original ou cópia autenticada do "**CRF**"- Certificado de Regularidade Fiscal expedido pela Caixa Econômica Federal, dentro de seu prazo de validade.

6.3.3.6 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas "**CNDT**", obtida em

“<http://www.tst.jus.br/certidao>”, em atendimento a Lei 12.440/11, conforme o inc. V do art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3.3.7- Serão aceitas como prova de regularidade perante as Fazendas, certidões positivas com efeitos de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa por decisão judicial, devendo esta situação ser comprovada na própria certidão ou mediante a apresentação de certidão de objeto e pé da respectiva ação judicial.

**6.3.4 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:**

6.3.4.1 – Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, de acordo com a Lei Federal nº 11.101 de 09 de fevereiro de 2005 e suas alterações, expedida pelo distribuidor ou distribuidores judiciais da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias antes da data de apresentação dos envelopes.

**6.3.5 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:**

6.3.5.1– Atestado, em nome da empresa ou de integrante de equipe técnica, de realização de capacitação de servidores públicos atuantes em Regimes Próprios de Previdência Social ou em associações nas áreas de conhecimento de que trata o objeto (anexo I) – as declarações falsas ficarão sujeitas às sanções previstas nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilização penal aplicável.

**6.3.6 – Outros documentos:**

6.3.6.1 - Declaração de não impedimentos em contratar com a Administração Pública (**ANEXO VI**).

6.3.6.2 – Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da CF (**ANEXO V**).

**6.3.7 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:**

6.3.7.1 - Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados em via original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação em órgão da imprensa, na forma da lei. Os documentos devem preferencialmente ser relacionados, separados e colecionados na ordem estabelecida neste edital.

6.3.7.2 - Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

6.3.7.3 - Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de sua expedição, com exceção ao documento exigido no item 6.3.4.1.

6.3.7.4 - Os documentos emitidos via internet estão sujeitos à confirmação de sua validade, também por esse meio, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

6.3.7.5 - Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número de CNPJ. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

6.3.7.6 – Caso se pretenda que o efetivo cumprimento do objeto licitado seja realizado pela matriz e filial ou mais de uma filial a documentação referente à habilitação deverá corresponder a ambas interessadas.

6.3.7.7 – Na eventualidade da apresentação de algum documento em língua estrangeira, deverá vir acompanhada a respectiva tradução para o idioma pátrio, realizada por tradutor público juramentado.

6.3.7.8 – Os documentos referidos no subitem 6.3.2 poderão ser suprimidos se já apresentados por ocasião do credenciamento.

## **7 - DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:**

7.1 - O pregão realizar-se-á de acordo com a legislação vigente, as disposições já consignadas no presente e as que seguem:

7.1.1 - Após o horário previsto para o encerramento da entrega dos envelopes e declaração definidos no preâmbulo deste edital, não será admitida a participação de novas empresas proponentes, exceto como ouvintes.

7.1.2 - Aberta a sessão pública do pregão, com a conferência dos documentos de credenciamento dos representantes das empresas interessadas, serão analisados, pelo pregoeiro a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO, DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE e os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO.

7.1.2.1- Após a entrega dos envelopes não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.

7.1.2.2- A não apresentação das Declarações de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e declaração de MEI, ME ou EPP (**ANEXO VII e ANEXO IV**) importará na inabilitação da empresa.

7.1.3 -Verificada a regularidade formal dos envelopes, e encerrada a etapa de credenciamento, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope nº. 01 – Proposta Comercial e, com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, analisará a proposta comercial no que tange a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.

7.1.4 - As propostas serão classificadas provisoriamente, em ordem crescente de preços.

7.1.5 - No curso da sessão, uma vez definida a classificação provisória, o pregoeiro convidará individualmente as empresas ofertantes de propostas de preços até 10% (dez por cento) superiores a menor proposta total de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.1.6 - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.1.6.1 - Os lances deverão incidir sobre o preço total.

7.1.6.2- Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço. A redução mínima entre os lances será de até 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), aplicáveis, inclusive, em relação à menor proposta comercial. Não serão aceitos lances cujos valores forem maiores ao último lance ofertado, bem como dois lances de mesmo valor, prevalecendo, nesse caso, aquele que foi ofertado primeiro.

7.1.6.3 - No caso de empate de preços serão admitidas todas as propostas empatadas até o limite de três valores distintos, independente do número de licitantes, cuja colocação para fins de classificação, será definida por sorteio.

7.1.6.4- Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades legais.

7.1.7 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade das propostas que oferecerem o menor preço total, com o parâmetro de preço unitário e total contido no processo administrativo, que não poderá ser ultrapassado, bem como sua exequibilidade.

7.1.8 - O pregoeiro abrirá oportunidade para a repetição de lances verbais até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados, respeitado o limite de exequibilidade.

7.1.9 - A não apresentação de lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da empresa das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação ao final da etapa.

7.1.10 - Todos os lances ofertados serão registrados em uma segunda lista de classificação provisória, que será por preço total, a qual terá como critério o lance de menor preço total.

7.1.11 - Examinada a proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro, se julgar necessário, desenvolver, em sessão pública, tentativas orientadas à melhoria das condições ofertadas, através de negociação com o autor da proposta, e decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.

7.1.12 - Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação da empresa regular e classificada provisoriamente em primeiro lugar.

7.1.13 - Serão inabilitadas as empresas que não atenderem às condições de habilitação, bem como aquelas que apresentarem documentação incompleta ou com borrões e rasuras em partes essenciais, e desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do edital.

7.1.14 - Sendo considerada inabilitada a empresa cuja proposta tenha sido classificada provisoriamente em primeiro lugar, prosseguirá o Pregoeiro na abertura do envelope de documentação de habilitação da empresa classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma empresa classificada, sem prejuízo de nova análise e negociação dos preços ofertados.

7.1.15 - Constatando-se o atendimento às exigências fixadas no presente Edital, a empresa classificada e habilitada será declarada vencedora.

7.1.16 - Decididos, quando for o caso, os recursos, o pregoeiro declarará a empresa vencedora e encaminhará os autos do processo à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do certame, que poderá revogar ou anular a licitação no todo ou em parte, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/1993, sem que tenham as empresas direito a qualquer indenização, observado o disposto no artigo 59 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

7.1.17 - Da sessão pública do pregão, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos praticados e que, após a ciência dos interessados, será assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e pelos representantes das empresas presentes.

7.1.18 - Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das empresas desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia da Administração por 60 (sessenta) dias corridos contados da publicação da homologação do objeto do certame, após, os mesmos ficarão à disposição para retirada pelo licitante em até 30 (trinta) dias corridos, após os quais serão destruídos sem notificação.

## **8 - DO PREÇO:**

8.1 - A empresa declarada vencedora deve comprometer-se a apresentar no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir de ofício encaminhado pelo Setor de Compras e Licitações, planilha de recomposição de preços (no mesmo formato do modelo oferecido no ANEXO II), contendo os valores unitário, total por item e global, adaptados proporcionalmente à proposta final apresentada após negociação ocorrida em sessão do pregão.

8.2 - O preço apresentado será fixo e irrevogável.

## **9 - DA HOMOLOGAÇÃO:**

9.1 - Previamente à homologação do procedimento licitatório, a Administração realizará consultas aos sistemas SICAF e CEIS, para identificar possível proibição de contratar. Caso a licitante classificada, provisoriamente, em primeiro lugar, apresente impedimento para contratar com o Poder o Público, será excluída do procedimento, prosseguindo-se com o certame, sem prejuízo da aplicação da penalidade prevista 13 do presente edital.

9.2 - A homologação do presente certame compete à autoridade superior por sua abertura, ato que será praticado imediatamente após o julgamento e decurso dos prazos recursais ou a decisão dos recursos eventualmente interpostos.

9.3 - Caso a MEI, ME ou EPP tenha apresentado documentação relativa à regularidade fiscal com restrição, sagrando-se vencedora da licitação, deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, contados da data da publicação no Diário Oficial da homologação do certame para promover a sua regularização, com a apresentação dos documentos exigidos no edital.

## **10 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

10.1 - A convocação da licitante vencedora para execução do serviço será feita mediante assinatura do contrato, que servirá como notificação.

10.2 - O serviço deverá ser realizado conforme Especificações Técnicas (Anexo I).

10.3 - Caso a licitante contratada não realize o serviço no prazo e condições estabelecidas, a Guarujá Previdência poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, convocar as demais licitantes, pela ordem de classificação, observadas as determinações legais, aplicando-se, outrossim, o disposto no item 13 deste Edital.

10.4 - A não execução do serviço pela licitante contratada caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeita às sanções legais.

10.5 - A Nota Fiscal/Fatura emitida será retida pela Guarujá Previdência, que a remeterá ao setor competente para pagamento somente após atestado do serviço executado.

10.6 - Caso a Nota Fiscal/Fatura emitida contenha erros, a Administração não aceitará o documento, devolvendo-a imediatamente à empresa adjudicatária, que terá o prazo de 24 (vinte quatro) horas para substituí-la, retificando-o, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

10.7 - No momento de recebimento, para aceitação dos serviços, serão observadas as disposições contidas no Anexo I deste Edital e, no que couber, as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

## **11 – DA VIGÊNCIA:**

11.1 - A presente contratação terá vigência de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogada por igual período até o limite permitido na legislação, desde que concordem as partes através de aditamento contratual.

## **12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

12.1 - A Guarujá Previdência efetuará o pagamento em até 30 (dias) contados do atesto das Notas Fiscais, ou no primeiro dia útil subsequente, no caso de não haver expediente naquela data.

12.2 - A Nota Fiscal de Prestação de Serviços deverá ser na Gerência Administrativa ou Gerência Orçamentária e Financeira, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua emissão, constando em seu corpo o número do empenho correspondente e número do Contrato

12.3 Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente, conforme dados preenchidos na proposta Anexo II.

12.4 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação.

12.5 - Do valor das faturas apresentadas para pagamento, serão deduzidas, de pleno direito, pela Guarujá Previdência:

a) Multas previstas no presente ajuste.

b) As multas, indenizações ou despesas devidas por ato de autoridade competente, em decorrência do descumprimento, pela EMPRESA, de leis ou regulamentos aplicáveis à espécie.

c) Cobranças indevidas.

12.6 - Havendo atraso no pagamento haverá incidência de correção monetária, salvo se a culpa for imputada exclusivamente à contratada, através de aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculada sobre o montante devido, a partir do trigésimo dia após a data final em que deveria ter sido feito o pagamento, até a efetiva liquidação. Na hipótese de extinção ou modificação do INPC, as partes adotarão o índice que, legalmente, vier a substituí-lo ou aquele que mais dele se aproximou nos últimos 03 (três) meses.



**13 – DAS PENALIDADES:****13.1 – Sanções Administrativas:**

13.1.1 - Nos termos do disposto no artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Guarujá Previdência poderá, garantida a prévia defesa da empresa vencedora, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas neste regulamento:

13.1.1.1 - Advertência.

13.1.1.2 - Multas na forma prevista neste edital.

13.1.1.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Guarujá Previdência, que ocorrerá quando a empresa vencedora ressarcir a Autarquia pelos prejuízos resultantes, observado o término do prazo da sanção aplicada.

13.1.1.4 – A empresa que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de Julho de 2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, consoante prevê o artigo 7º da referida legislação, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

**13.2 – Multas:**

13.2.1 - Pela inexecução total da obrigação objeto da licitação será aplicada multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do mesmo.

13.2.2 - Pela inexecução parcial do ajuste será aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do mesmo.

13.2.3 - Por dia de atraso durante a execução dos serviços, com relação aos prazos fixados: 0,1 % (um décimo percentual) sobre o valor do contrato.

13.2.4 Pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual: 2,50% (dois e meio por cento) sobre o valor do saldo do contrato, à época da infração;

13.2.5 Para aplicação das penalidades descritas acima, será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.

13.2.6 As multas são independentes e não eximem a empresa vencedora da plena execução do objeto contratado.

#### **14 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:**

14.1 - Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da sessão pública designada para o recebimento dos envelopes, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

14.2 - A impugnação do edital não poderá ser feita por intermédio de fax, e-mail ou postal, devendo a mesma ser protocolada na Guarujá Previdência, situada na Av. Adhemar de Barros, 230, Cj. 03- Jardim Santo Antônio – Guarujá – SP, devidamente endereçada aos cuidados do pregoeiro.

14.3 - A impugnação será dirigida à autoridade superior, que decidirá antes da abertura da licitação.

#### **15 - DOS RECURSOS:**

15.1 - Declarada a vencedora, qualquer empresa poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso, ficando as demais desde logo intimadas a apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes franqueada vista imediata aos autos.

15.2 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da empresa importará na decadência do direito de recurso e na declaração do pregoeiro da empresa vencedora.

15.4 - Os recursos só poderão ser interpostos no final da Sessão Pública de abertura dos envelopes, com registro em ata da síntese de seus fundamentos, devendo os interessados apresentar razões escritas, no prazo de 03 (três) dias corridos, na Guarujá Previdência, situada na Av. Adhemar de Barros, 230, Cj. 03- Jardim Santo Antônio – Guarujá – SP, devidamente endereçados ao Pregoeiro.

15.4.1 - Não serão admitidas as razões de recursos por intermédio de fax, e-mail ou postal.

15.5 - Verificada a situação prevista no item anterior, ficam as demais empresas desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, conforme item 15.1.

15.6 - Decididos os recursos interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto à empresa vencedora e homologará o certame.

## **16 - DISPOSIÇÕES GERAIS:**

16.1 - Decairá do direito de solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital o interessado que não se manifestar até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da sessão do Pregão, o que caracterizará aceitação de todos os seus termos e condições. Qualquer manifestação posterior que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciariam não terá efeito de recurso perante a Administração.

16.2. - Os autos do processo de licitação somente terão vista franqueadas aos interessados a partir da intimação das decisões recorríveis.

16.3 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, em conformidade com o artigo 110 da Lei Federal nº 8666/93 e seu parágrafo único, excluir-se-á o dia do início (data da sessão pública) e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

16.4 - Ficam as licitantes cientes de que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital e seus anexos, bem como na submissão das disposições da Lei Federal nº. 10.520/02, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações posteriores, bem como o Decreto Municipal nº. 7.731/06, e demais normas complementares.

16.5 - As licitantes devem ter pleno conhecimento de todas as disposições constantes do edital, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

16.6 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

16.6.1 – O não atendimento às exigências formais não essenciais não importará o afastamento da empresa, desde que seja possível a aferição de sua qualificação pelo pregoeiro durante a realização da sessão pública.

16.6.1.1 – Consideram-se exigências não essenciais aquelas que possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante legal e cujo atendimento, neste momento, não represente risco de fraude aos princípios da licitação.

16.7 - É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente dos envelopes.

16. 8 – O pregoeiro poderá alterar o reduto mínimo entre lances (item 7.1.6.2) por ocasião da sessão pública, se assim julgar oportuno, bem como estipular tempo mínimo para a propositura de lances verbais. 16.9 - A critério da Comissão de Licitação, e no interesse da Administração, sem que caiba qualquer recurso ou indenização, poderá ser:

a. adiada a abertura da licitação.

b. alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

16.10 - A licitação poderá ser anulada ou revogada, no todo ou em parte, a juízo da Guarujá Previdência, nos termos da Lei.

16.11 – Esclarecimentos acerca do presente pregão serão prestados pela Guarujá Previdência, cujo endereço consta no preâmbulo deste Edital ou através do telefone (13) 3387-3940 ou via e-mail: [previdencia@guarujá.sp.gov.br](mailto:previdencia@guarujá.sp.gov.br), em dias úteis em que houver expediente normal, no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00.

16.12 - Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Guarujá para eventuais ações judiciais, em atendimento ao disposto no artigo 55, § 2o., da Lei Federal n.º 8.666/93.

Guarujá, 29 de maio de 2016.

**Célia Rodrigues Ribeiro**  
Diretora Presidente

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

Contratação de empresa para desenvolvimento de curso de capacitação, na modalidade “*in company*”, com fornecimento de material didático, com a temática “Contabilidade Aplicada ao regime Próprio de Previdência Social” e carga horária de 16h (dezesesseis horas), a ser ministrado em local designado pela Guarujá Previdência, para 15 (quinze) pessoas, no segundo semestre de 2017.

**2 . JUSTIFICATIVA**

Justifica o objeto a necessidade de pessoal qualificado para lidar especificamente com o processo contábil dos regimes próprios de previdência social, que dentro da seara da contabilidade pública possui especificidades peculiares, razão que demanda qualificação específica para atuar nessa área mesmo entre os contabilistas públicos. A necessidade de qualificação não se limita aos servidores do setor de contabilidade, pois o estoque desse conhecimento também se faz necessário entre os controladores e gestores da Guarujá Previdência, assim considerados membros do conselho, controlador, gerentes e presidente. A proposta do curso de qualificação visa a subsidiar o exercício das atividades contábeis na Guarujá Previdência para que se desempenhem com toda a acuidade e eficiência.

A escolha da modalidade “*in company*” é a mais adequada à execução do curso por motivos de ordens diversas. O primeiro: o desembolso total da administração para a obtenção do objeto será menor porquanto o deslocamento do palestrante às dependências da Guarujá Previdência poupará à administração gastos com passagens, hospedagem e alimentação dos 15 (quinze) treinandos. O segundo, a personalização do serviço para a realidade dos processos contábeis da Guarujá Previdência somente é viabilizada pela contratação de um serviço que se preocupe com a gestão contábil da contratante especificamente, objetivo que não pode ser alcançado com a participação dos servidores em cursos abertos ao público externo .O terceiro, o material didático personalizado registrará informações selecionadas, objeto de consulta dos servidores que tê-lo-ão como instrumento de base para tomada de atitudes durante a rotina de trabalho.

### **3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

3.1 O desenvolvimento do curso compreenderá o seguinte conteúdo programático:

a) Introdução à Contabilidade Pública;

I – Noções preliminares

II – Fundamentos da Contabilidade Publica

b) Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária;

c) Princípios e aplicação de subvenções e renúncia de receitas;

d) Os RPPS e os princípios de contabilidade no setor público;

I - Equilíbrio Financeiro e Atuarial

e) Contabilidade Aplicada aos RPPS:

I - Objetivo

II – Aplicação da legislação;

III – Peculiaridades do sistema contábil dos RPPS

f) Procedimento e elaboração do orçamento dos RPPS;

g) Demonstrações contábeis;

h) Estrutura contábil dos RPPS;

I – Planificação contábil;

II – O plano de contas dos RPPS;

i) Procedimentos contábeis dos RPPS;

I – Provisão matemática previdenciária;

II – Contribuição previdenciária;

III – Taxa de administração;

IV – Pagamentos de benefícios;

V – Carteira de investimentos;

VI – Reavaliações;

VII – Depreciações;

VIII – Parcelamento de débitos previdenciários.

§ 1º: Os dispostos nessa alínea, “i”, deverão ser todos apresentados, detalhados e pormenorizados considerando-se orientações, comunicados e entendimentos do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – TCE-SP, que constarão do material didático e das pertinentes referências bibliográficas.

§ 2º: A CONTRATADA deverá priorizar e favorecer o conteúdo disposto nessa alínea, “i”, em detrimento dos demais na divisão da carga horária do curso;

j) Estudos de casos;

k) Análise das demonstrações contábeis do RPPS;

3.2 A carga horária de 16h (dezesesseis horas) subdividir-se-á em 2 (dois) dias de curso:

a) A carga horária diária de curso será de 8h (oito horas), com parada de 1h (uma hora) para almoço e 20min (vinte minutos) para almoço;

§ 1º O horário de almoço não será computado para efeito de hora de treinamento.

§ 2º O palestrante deverá cumprir 8h (oito horas) diárias referentes à realização do curso e parada de 1h (uma hora) para almoço.

b) O horário de realização do curso terá como limite o horário de expediente da Guarujá Previdência.

3.3 O material didático deve ser elaborado de acordo com o conteúdo programático constante do item 3.1, e incluirá:

a) – apostila impressa e encadernada, ou livro didático.

I - Do índice da apostila ou livro didático deverão constar, no mínimo, os assuntos referentes aos tópicos do conteúdo programático (*item 3.1*);

II – A formatação da apostila impressa ou livro didático obedecerá às normas da ABNT;

III – A apostila impressa ou livro didático possuirá bibliografia ou referência bibliográfica.

b) – CD-ROM com apostila digital, em formato “.txt” (texto) ou “.pdf” (arquivo), slides de apresentação em formato “.ppt” (*power point*) ou similar, e referências ou bibliografia pertinente, acondicionado em embalagem apropriada.

c) *Kit* com bloco de notas, caderneta, caderno ou similar e caneta esferográfica azul, todos novos e acondicionados em embalagem apropriada.

I – O bloco de notas, caderneta, caderno ou similar, deverá possuir dimensões mínimas 10 x 15 cm;

II – A caneta esferográfica azul deverá possuir corpo transparente, sextavado (hexagonal), ponta média de 1mm e largura média da linha 0,4 mm, tampa e plug da mesma cor da tinta.

III – A embalagem do *kit* consistirá em caixa de papelão rígida personalizada colorida, com fecho, pasta plástica personalizada com fecho, bolsa ou pasta com zíper, ou similar, facultada a inserção da logomarca da empresa na embalagem.

PARÁGRAFO ÚNICO: O material didático será fornecido por participante individualmente.

3.4 A CONTRATADA emitirá certificado observando a carga horária do curso.

3.5 O palestrante deverá possuir a seguinte qualificação mínima:

a) Diploma de graduação em Ciências Contábeis ou Economia em instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;

I - O disposto nesse item será comprovado mediante apresentação de cópia autenticada do diploma.

b) Especialização *lato sensu* em contabilidade pública ou similar;

I – O disposto nesse item será comprovado mediante apresentação cópia autenticada do certificado de pós graduação.

c) Experiência em contabilidade aplicada ao RPPS, ou experiência em gestão de RPPS, ou ter ampla experiência em ministrar cursos de capacitação com a mesma temática do objeto licitado.

I – O disposto nesse item será comprovado mediante apresentação à Gerência de Administração da Guarujá Previdência do currículo resumido e comprovação de já haver



ministrado cursos ou treinamentos similares sobre os mesmos temas, mediante atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da CONTRATADA ou do palestrante, ou comprovação de atuação na carreira pública.

PARÁGRAFO ÚNICO: Toda a documentação comprobatória será apresentada por ocasião da assinatura do contrato.

#### **4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1 A CONTRATADA fica obrigada a:

4.1.1 Providenciar toda a logística referente à prestação do serviço, incluindo dispêndios com diárias, hospedagem, transporte, deslocamento e alimentação do palestrante;

4.1.2 Disponibilizar professor ou instrutor, com comprovada qualificação técnica, conhecimento e domínio da matéria e com boa didática para ministrar o treinamento demandado.

4.1.3 Os serviços serão prestados de acordo com a carga horária especificada para o curso.

4.1.4 Disponibilizar material didático para os treinandos, individualmente, com todas as matérias abordadas no curso. O exemplar do material didático a ser utilizado, alíneas “a, b e c” e *incisos, item 3.3* deste Termo de Referência, deverá ser apresentado em data anterior à realização das atividades de capacitação à Gerência de Administração ou à Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças da Guarujá Previdência, para que seja verificado se esse material atende ao conteúdo programático mínimo previsto.

PARÁGRAFO ÚNICO: A antecedência de que trata esse item será observada pela CONTRATADA para que seja suficiente ao tempo de correção de qualquer irregularidade no material, caso solicitada pela Guarujá Previdência, sem prejudicar a data prevista para a realização do evento em razão de reimpressão do material.

I – A Guarujá previdência comunicará eventual necessidade de correção ou alteração do material impresso no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento do mesmo.

II – A correção do material, caso necessária, não gerará direito à revisão do preço negociado em sessão pública, ainda que implique custos adicionais à CONTRATADA.

III – A CONTRATADA somente será obrigada a corrigir ou alterar o material caso esteja em desacordo com as especificações constante neste termo.

4.1.5 Respeitar e cumprir com os tópicos e itens definidos no conteúdo do programa a ser ministrado.

4.1.6 Fornecer certificado de conclusão do curso a cada um dos treinandos, individualmente.

4.1.7 Providenciar a imediata substituição do professor ou instrutor, caso ocorra algum imprevisto que impeça a sua continuidade no curso. O substituto deverá ser pessoa qualificada, cujo currículo seja equivalente ou superior ao do titular substituído.

4.1.8 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

4.1.9 Manter, durante a vigência desta contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas

4.1.10 Providenciar 02 (dois) *coffee break*, com todos os insumos e gêneros de alimentação inclusos.

§ 1º Cada um dos dois dias de treinamento terá um *coffee break* intrajornada.

## **5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1 Definir, verificada a disponibilidade da CONTRATADA, a data oportuna à realização do curso durante o período de vigência do contrato.

5.2 Providenciar os equipamentos necessários à realização do curso (microcomputador, projetor, cadeiras e mesas para alocar todos os treinandos);

5.3 Providenciar o local de realização do evento, comunicando-o à CONTRATADA com antecedência mínima de 20 (vinte) dias;

5.4 Fiscalizar o fiel cumprimento do contrato;

5.5 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas na contratação.

## **6 – LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

6.1 O objeto será realizado em local a ser apontado pela Guarujá Previdência em data oportuna, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data de realização do evento.

## **7. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

7.1 O objeto deverá ser executado com as especificações constantes deste Termo de Referência, sob pena da CONTRATADA incorrer em sanções previstas na forma da Lei;

7.2 O contrato terá a duração de 6 (seis) meses, contados a partir da sua publicação nos termos da legislação em vigor.

## **8. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

8.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1 - A Guarujá Previdência efetuará o pagamento em até 30 (dias) contados do atesto da Nota Fiscal, ou do primeiro dia útil subseqüente, no caso de não haver expediente naquela data.

9.2 - A Nota Fiscal de prestação do serviço deverá ser entregue na Gerência Administrativa ou Gerência Orçamentária e Financeira, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua emissão, constando em seu corpo o número do empenho correspondente.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A Nota Fiscal será emitida a partir do adimplemento total das obrigações da CONTRATADA.

9.3 - O pagamento será efetuado através de depósito em conta corrente ou boleto bancário.

9.4 -Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação.

9.5 -Do valor da fatura apresentada para pagamento, serão deduzidas, de pleno direito, pela Guarujá Previdência:

a) Multas previstas no presente ajuste.

b) As multas, indenizações ou despesas devidas por ato de autoridade competente, em decorrência do descumprimento, pela EMPRESA, de leis ou regulamentos aplicáveis à espécie.

c) Cobranças indevidas.



## PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

### ANEXO II

#### Proposta Comercial

Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade : \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Telefone/Fax \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

À

Guarujá Previdência.

Ref. Pregão Presencial nº 04/2017

Processo Administrativo nº: 614/2016

**Objeto: Contratação de empresa para desenvolvimento de curso de capacitação, na modalidade “*in company*”, com fornecimento de material didático, com a temática “Contabilidade Aplicada ao regime Próprio de Previdência Social” conforme especificação constante do anexo I do edital.**

Apresentamos nossa proposta comercial para fornecimento dos seguintes itens:

<b>ITEM</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR</b>
<b>001</b>	Curso de capacitação, material didático (conforme especificação do anexo I do edital de pregão presencial nº XXX/2017)	<b>R\$</b>
		<b>VALOR POR EXTENSO</b>

**Prazo de validade da proposta:** 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da proposta.

**Prazo de pagamento:** em até 30 (trinta) dias, contados da data de aceite da Nota Fiscal.

**Prazo para execução dos serviços:** conforme item 10 do Edital e ANEXO I.

Nome do Banco:

Número do Banco:

Nome da Agência:

Número da agência:

Conta Corrente:

Declaro expressamente que estou ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Edital e em seus Anexos, e que todos os itens cotados estão de acordo com o especificado no **ANEXO I** do Edital, ressaltando que em seus preços estão inclusas as despesas diretas e indiretas decorrentes da prestação dos serviços.

**Local e Data**

**Assinatura do Representante Legal da Empresa**

**RG/CPF/CARGO/CARIMBO CNPJ**

**ANEXO III****Modelo de Documento de Credenciamento****REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, na rua/avenida \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, tendo como representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, cargo \_\_\_\_\_, credencia o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade n.º \_\_\_\_\_, para representá-la perante a Guarujá Previdência, na licitação de modalidade **Pregão n.º 006/2016**, outorgando-lhe expressos poderes para formulação de lances verbais, manifestação quanto a intenção de recorrer das decisões do Pregoeiro, desistência e renúncia ao direito de interpor recursos e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e Data

---

Nome/assinatura/cargo

**Observações:**

- 1. O credenciamento far-se-á, por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos de representação da licitante em todas as fases do pregão, conforme descrito nos itens 4.2 a 4.7.**

**ANEXO IV****Modelo de Declaração de Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa  
de Pequeno Porte****REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017**

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a Empresa \_\_\_\_\_ (razão social) \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_ é Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar Federal nº. 123/2006 com as alterações inseridas pela Lei Federal nº 147/2014, cujos termos, declaro conhecer na íntegra, bem como a inexistência até o momento, de fatos supervenientes que conduzam ao desenquadramento dessa situação, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência no procedimento licitatório do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016**, realizado pela Guarujá Previdência.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do representante

ou

---

Assinatura do Contador

CRC.nº

**OBSERVAÇÃO: DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES Nº 1 e 2.**



**ANEXO V**

**Modelo de Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.**

**REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017**

A \_\_\_\_\_ (razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_ (endereço completo),  
DECLARA para os devidos fins e sob as penalidades cabíveis, nos termos do inciso 5º do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666/1993, em cumprimento ao que exige o inciso XXXIII do artigo 7º da C.F., que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, e não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e data

Representante legal

Carimbo da empresa

**ANEXO VI**

**Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimentos em Contratar com a  
Administração Pública**

**REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017**

A empresa \_\_\_\_\_ (razão social), com sede em \_\_\_\_\_, (endereço completo), DECLARA sob as penalidades cabíveis, a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Local e data

\_\_\_\_\_  
(Representante Legal)

(nome/assinatura/cargo/carimbo da empresa)

**ANEXO VII**

**Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação**

(em papel timbrado)

**REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017**

Sr. Pregoeiro,

Pelo presente instrumento, declaramos para efeito do cumprimento ao estabelecido no inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

---

Nome/assinatura/cargo

**OBSERVAÇÃO: DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES Nº 1 e 2.**

**ANEXO VIII****MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2017

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A GUARUJÁ PREVIDÊNCIA E A EMPRESA XXXXX, DESENVOLVIMENTO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO NA MODALIDADE “IN COMPANY”.

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado a **GUARUJÁ PREVIDÊNCIA** com sede à Av. Adhemar de Barros nº. 230 (cj.03), Santo Antônio, Município de Guarujá, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 17.391.027/0001-55, neste ato representada pela Diretora Presidente, **CÉLIA RODRIGUES RIBEIRO**, brasileira, casada, economista, domiciliada a Av. Adhemar de Barros nº. 230 cj.03, Santo Antônio, Município de Guarujá, portadora da Cédula de Identidade/RG nº. 11.272.624-0 e pela Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças, **LUCIELMA FERREIRA FEITOZA**, brasileira, solteira, contadora, domiciliada a Av. Adhemar de Barros nº. 230 cj.03, Santo Antônio, Município de Guarujá, portadora da Cédula de Identidade/RG nº. 27.773.471-X a seguir nomeada tão somente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, com sede a Rua \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_ neste ato devidamente representada pelo Sr. \_\_\_\_\_ portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, com fundamentos nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/2002, no Decreto Municipal nº 7.731/2006, e demais normas em vigor, estando as partes vinculadas ao Pregão nº **XXX/2016**, à Proposta Vencedora e ao Processo Administrativo nº **614/2016**, tem entre si justo e contratado o que consta relatado nas cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui-se objeto do presente contrato a contratação de empresa para desenvolvimento de curso de capacitação, na modalidade “in company”, com fornecimento de material didático, com a temática “Contabilidade Aplicada ao regime Próprio de Previdência Social”, conforme especificação constante do anexo I (Termo de Referência) do edital de pregão presencial nº XXX/2016.

**Parágrafo único** - fazem parte integrante do presente contrato como se aqui transcritos as Especificações do Objeto da Licitação às fls.22 a 31 (Anexo I e a proposta da CONTRATADA) anexada às fls. XX do processo administrativo 614/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

O presente contrato terá validade pelo prazo de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período até o limite permitido na legislação vigente, desde que concordem as partes através de aditamento contratual.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

O valor total estimado do presente contrato é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXX), sem reajuste nos 6 (seis) meses de vigência do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado à empresa CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias após o aceite das Notas Fiscais atestadas pelo responsável da coordenação dos serviços, sendo as mesmas entregues à Gerência de Administração ou Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças.

**Parágrafo primeiro** - os pagamentos serão efetuados a crédito na conta corrente da CONTRATADA em instituição bancária por esta expressamente indicada.

**Parágrafo segundo** - Havendo atraso no pagamento haverá incidência de correção monetária, salvo se a culpa for imputada exclusivamente à contratada, através de aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculada sobre o montante devido, a partir do trigésimo dia após a data final em que deveria ter sido feito o pagamento, até a efetiva liquidação. Na hipótese de extinção ou modificação do INPC, as partes adotarão o índice que, legalmente, vier a substituí-lo ou aquele que mais dele se aproximou nos últimos 03 (três) meses.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

29.01.09.122.4006.2200.3.3.90.39.05 (08) e 29.01.09.122.4006.2200.3.3.90.39.05 (34)

**CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, mediante solicitação, por escrito, nas mesmas condições deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme preceitua o art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

A CONTRATADA se compromete a cumprir as obrigações abaixo descritas, além daquelas decorrentes direta ou indiretamente do presente contrato:

- a) A CONTRATADA deverá prestar os serviços objeto do presente contrato, conforme solicitação da CONTRATANTE, e de acordo com a proposta apresentada e Especificações do Objeto da Licitação – Anexo I do Edital de Pregão Presencial XXX/2016.
- b) Emitir Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados, que será enviada à CONTRATANTE por conta própria ou por terceiro;
- c) Agilizar a imediata correção das falhas apontadas pela CONTRATANTE, concernente a execução do presente contrato;
- d) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do contrato;
- e) Responsabilizar-se pela locomoção, transporte e alimentação do profissional ao local de trabalho.
- f) Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e condições de assinatura do contrato exigidas por ocasião da licitação que precedeu este ajuste, obrigando-se, ainda, a comunicar a unidade requisitante, toda e qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização, podendo a Autarquia requerer a sua comprovação, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato;
- g) Disponibilizar profissional tecnicamente capacitados e legalmente habilitados no planejamento e consecução do objeto deste Especificações do Objeto da Licitação e, quando solicitada, efetuar as substituições de profissionais considerados inadequados (conduta ou serviços) pela CONTRATANTE;
- h) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da consumação do objeto deste Especificações do Objeto da Licitação, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações e outras despesas que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- i) Manter a mais absoluta confidencialidade dos serviços e informações que vier a ter conhecimento, no desempenho das atividades destas Especificações do Objeto da Licitação;
- j) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto das presentes Especificações do Objeto da Licitação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.
- k) Fornecer o material didático de apoio, bem como certificado aos participantes.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Fica a CONTRATANTE obrigada a:

- a) Definir, verificada a disponibilidade da CONTRATADA, a data oportuna à realização do curso durante o período de vigência do contrato.
- b) Providenciar os equipamentos necessários à realização do curso (microcomputador, projetor, cadeiras e mesas para alocar todos os treinandos);
- c) Providenciar o local de realização do evento, comunicando-o à CONTRATADA com antecedência mínima de 20 (vinte) dias;
- d) Fiscalizar o fiel cumprimento do contrato;
- e) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas na contratação.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:**

Os serviços ora contratados serão diretamente acompanhados e fiscalizados, em todas as suas fases, pela Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças **Sr<sup>a</sup>. Lucielma Ferreira Feitosa**, que zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, nos termos do art. 67, da Lei Federal n. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

A CONTRATADA estará sujeita às penalidades administrativas consignadas nos artigos 86, 87 e 88, da lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das cominações previstas em seus artigos 89 a 99.

**Parágrafo Primeiro** - pela inexecução total do presente contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar multa pecuniária à CONTRATADA, conforme previsto no inciso II do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, que será equivalente a 20% (vinte por cento) do valor I total da prestação dos serviços e que será descontada por ocasião do pagamento da fatura.

**Parágrafo Segundo** - pela inexecução parcial do presente contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar multa pecuniária à CONTRATADA, conforme previsto no inciso II do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, que será equivalente a 10% (dez por cento) do valor mensal total da prestação dos serviços e que será descontada por ocasião do pagamento da fatura mensal.

**Parágrafo Terceiro** – Por dia de atraso durante a execução dos serviços, com relação aos prazos fixados: 0,1 % (um décimo percentual) sobre o valor do contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar multa pecuniária à CONTRATADA, conforme previsto no inciso II do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93.

**Parágrafo Quarto** – Pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual: 2,50% (dois e meio por cento) sobre o valor do saldo do contrato, à época da infração, o CONTRATANTE poderá aplicar multa pecuniária à CONTRATADA, conforme previsto no inciso II do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93.

**Parágrafo Quinto** - na reincidência a multa dobrará de valor.

**Parágrafo Sexto** - as multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

**Parágrafo Sétimo** - multa a que se refere este item não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas em lei;

#### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido, unilateralmente, pela CONTRATANTE, independente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nos casos de descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer das suas cláusulas ou dispositivos pela CONTRATADA.

**Parágrafo Primeiro** - a inexecução total ou parcial do presente contrato ensejará a sua rescisão, nos moldes do que preveem os artigos 77 e 80 da Lei Federal nº. 8.666/93, com as consequências previstas no artigo 87 do referido diploma legal.

**Parágrafo Segundo** - fica expressamente reconhecido pela CONTRATADA os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa deste contrato, conforme previsto no artigo 87 da Lei Federal no. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS COMUNICAÇÕES**

Toda e qualquer comunicação entre as partes, relativamente ao presente contrato, somente será considerada válida quando feita por escrito podendo ser entregue ou enviada por carta protocolada, por telegrama ou e-mail, mediante comprovação de recebimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

a) A CONTRATANTE, sem prejuízo de eventuais ações diretas de seus gerentes, poderá indicar um preposto para atuar no planejamento, controle e gerenciamento de todas as operações relacionadas neste contrato, nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº. 8.666/93;

b) Para todos os fins legais e contratuais, não há qualquer vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA utilizados na execução dos serviços objeto do presente contrato;

c) A CONTRATADA declara neste ato que examinou completa e cuidadosamente todas as especificações dos serviços ora contratados, que está perfeitamente a par de todas as possíveis dificuldades que possa encontrar na execução dos serviços, e que assume toda a responsabilidade pela fiel execução dos mesmos, bem como, por todos os riscos a ele associados;

d) É expressamente vedada a subcontratação dos serviços objeto deste contrato sem a anuência expressa da CONTRATANTE.



- e) Os direitos e obrigações oriundos do presente contrato são intransferíveis.
- f) Os casos omissos serão resolvidos pelas cláusulas e preceitos de direito público e, supletivamente pelos princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

É competente o Foro da Comarca de Guarujá/SP, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado, para dirimir as ações originárias deste contrato, em entendimento ao disposto no artigo 55, § 2º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

E assim, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (quatro) vias de igual teor e forma, acompanhado de 02 (duas) testemunhas, que também subscrevem.

Guarujá, XX de XXXXXX de 2016.

---

CÉLIA RODRIGUES RIBEIRO

Diretora-Presidente

---

Gerente de Planejamento, Orçamento,  
Contabilidade e Finanças

---

XXXXXXX

Empresa

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_